

Soberania acusa:

Se o Senado e a Câmara funcionarem normalmente, "a Constituinte pode se transformar em uma simples comissão mista e a próxima Constituição estará condenada a ser uma Carta de 67 reformada", segundo avaliação do deputado Antonio Brito (PMDB-RS), um dos integrantes do grupo pró-Soberania.

Em reunião realizada no último domingo, para tratar sobre a negociação com o PFL, visando à urgência de se aprovar o Regimento Interno, o grupo pró-Soberania do PMDB e outros membros do Partido, entre eles o presidente Ulysses Guimarães e o líder na Câmara, Luiz Henrique, encontraram uma fórmula para garantir a votação nos próximos dias. A solução — incluir a expressão "salvaguardar" no texto apresentado pelo relator Fernando Henrique Cardoso, no que trata dos projetos de decisão — foi negociada e aceita pelo PFL. Resta agora expor esta fórmula aos partidos da esquerda e assegurar a votação do Regimento.

O Grupo pró-Soberania acha, no entanto, que o

PFL não quer acordo. "Não quer a Constituinte trabalhando", como lembrou Antonio Brito, "já que propõe o funcionamento normal da Câmara e do Senado. Para o PMDB isto é

O mandato sob risco

A aprovação do artigo 82 do regimento interno da Constituinte — que prevê a convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, Senado Federal e do Congresso Nacional somente para "exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional" — poderá abrir um precedente para que a Constituinte interfira no tempo do mandato do presidente José Sarney. A interpretação é do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), para que, ao se permitir que a Constituinte altere uma norma como o funcionamento normal do Poder Legislativo, estará aberto um canal para que os constituintes possam definir — quando acharem conveniente — o mandato do presidente Sarney, que também é estabelecido pela atual Constituição.